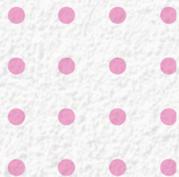


Nota Técnica

*Resultados da Pesquisa
sobre a Violência Política
contra vereadoras no Ceará*



**EDIÇÕES
INESP**

 **ALECE** ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



 **COMISSÃO
DA MULHER
CEARENSE**



Nota Técnica

Resultados da Pesquisa sobre a
Violência Política contra
vereadoras no Ceará

FORTALEZA - CEARÁ
2025

Observatório da Mulher Cearense - OMCE

Realização

Aline Vitória Moreira Texeira
Bárbara Imaculada Araújo de Oliveira
Juliana Mourão Bandeira
Mariana Gonçalves Farias
Redação e análise dos dados

NOTA TÉCNICA

Dados sobre a Violência Política contra Vereadoras no Ceará

EDIÇÕES
INESP

FORTALEZA - CEARÁ
2025

Créditos INESP

Créditos OMCE

Realização

Observatório da Mulher Cearense — OMCE

Procuradora Especial da Mulher

Deputada Lia Ferreira Gomes

Procuradoras Adjuntas

Deputada Larissa Gaspar, Deputada Jô Farias e Deputada Emilia Pessoa

Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher

Erica Nayane Oliveira Praciano

Redação e análise dos dados

Aline Vitória Moreira Texeira

Bárbara Imaculada Araújo de Oliveira

Juliana Mourão Bandeira

Mariana Gonçalves Farias

Revisão e Capa

Sulyane Araújo Montezuma

Ficha catalográfica

Apresentação

Logo no primeiro ano à frente da Procuradoria Especial da Mulher (PEM), tomamos ciência e acompanhamos diversos casos de vereadoras que sofreram e sofrem algum tipo de violência política de gênero em seus municípios, durante o exercício de seu mandato.

Diante da indignação com as mais absurdas situações e sabendo que a melhor forma de fazer boas políticas públicas é com base em dados, pois não podemos afirmar que a situação das vereadoras no nosso Estado é grave sem apresentar números que comprovem essa afirmação, nós, da Procuradoria Especial da Mulher, por meio do Observatório da Mulher Cearense, realizamos a pesquisa intitulada "Dados sobre a Violência Política contra vereadoras no Ceará", uma pesquisa inédita no âmbito cearense.

A finalidade do questionário foi gerar dados para realizarmos estudos sobre a situação de violência política de gênero vivenciada pelas vereadoras. Nos capítulos seguintes, será possível perceber que, com esses dados, foi possível traçar o perfil das vereadoras que relataram ter sofrido esse tipo de violência e ter um termômetro das principais situações em que elas tiveram seus direitos violados.

Essa pesquisa é fundamental para que possamos entender a realidade da violência política de gênero no Ceará e, a partir disso, pensarmos em ações efetivas para seu enfrentamento e prevenção.

Lia Ferreira Gomes
Deputada Estadual e Procuradora Especial da Mulher

Sumário

Introdução

7

Método

8

Percepções e vivências das vereadoras do Ceará sobre a violência política de gênero

11

Perfil das vereadoras que afirmaram ter sofrido alguma violência política de gênero

20

Relatos de situações de violência política de gênero

23

Considerações Finais

26

Introdução

A violência política de gênero é uma questão global crescente e representa uma grave violação dos direitos humanos das mulheres. Essa violência interfere diretamente na formação e concretização de uma democracia inclusiva e equitativa, e tenta retardar o avanço das mulheres que participam ativamente da política e que desafiam os papéis sociais que tradicionalmente lhes foram impostos.¹

A Lei nº 14.192², de 4 de agosto de 2021, que tornou crime a violência política contra as mulheres, estabelece que a violência política contra a mulher é “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”. A referida lei estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

Diante desse contexto, é essencial identificar as situações específicas de violência política que se manifestam na vida política das mulheres e desenvolver ações, estratégias e políticas públicas para combatê-las. A presente nota técnica tem como objetivo apresentar os resultados obtidos com a pesquisa intitulada "Dados sobre a Violência Política contra Vereadoras no Ceará". A pesquisa foi elaborada e aplicada pelo Observatório da Mulher Cearense (OMCE) da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará (PEM/ALECE) e buscou identificar e entender se a violência política de gênero está presente no parlamento municipal e de que forma ela atinge as vereadoras do estado do Ceará.

Trazendo dados inéditos, a pesquisa buscou gerar informações sobre a violência política de gênero vivenciada pelas vereadoras cearenses com mandato eletivo no estado do Ceará e elaborar um breve diagnóstico, a fim de contribuir e subsidiar ações e políticas públicas que assegurem uma participação política efetiva das mulheres e o enfrentamento da violência política de gênero.

¹ONU Mulheres. Cartilha de prevenção à violência contra as mulheres em contextos eleitorais. Brasília: ONU Mulheres, 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha_de_Prevencao_a_Violencia_contra_as_Mulheres_em_Contextos_Eleitorais-1.pdf. Acesso em: 29 dez. 2024.

²BRASIL. Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

Método

A presente pesquisa foi respondida por 105 vereadoras Cearenses, no período de fevereiro a agosto de 2024. Essa foi uma amostra de conveniência e com participação voluntária. As participantes tinham entre 27 e 68 anos ($M = 46,0$; $DP = 8,7$). A maioria era Procuradora da Mulher (80%), casada (61%), parda (64,8%), não apresentava deficiência (97,1%) e possuía graduação completa (41,9%) ou pós-graduação/especialização (29,5%). Detalhes adicionais sobre as características sociodemográficas da amostra completa estão disponíveis na Tabela 1.

As vereadoras que aceitaram participar responderam a um questionário composto por três blocos de perguntas: (1) Perguntas sociodemográficas - com o objetivo de ter um perfil das vereadoras participantes; (2) Perguntas descrevendo situações de violência de gênero no exercício da sua atividade política/parlamentar, respondidas por meio de uma escala variando entre 'Discordo Totalmente' e 'Concordo Totalmente'; e (3) Perguntas do tipo 'Sim' ou 'Não', com a finalidade de identificar situações que elas sofreram ou não. O questionário também continha uma pergunta aberta na qual elas puderam relatar situações de violência política que vivenciaram.

A coleta das respostas foi realizada por meio de um formulário eletrônico usando o aplicativo Google Forms. Utilizou-se de múltiplas estratégias para poder alcançar o maior número possível de vereadoras, assim, o formulário foi disponibilizado e divulgado para as vereadoras por meio de: a) mensagens instantâneas via aplicativo WhatsApp; b) ligações telefônicas; c) fixação de cartazes com qr code da pesquisa na sede das Câmaras de Vereadores; d) além da coleta direta, auxiliando as vereadoras a responderem, durante visitas das profissionais da Procuradoria Especial da Mulher PEM/Alece aos municípios para formações ou eventos.

Para assegurar o sigilo e a confidencialidade dos dados das participantes, foi apresentado, ao acessar o formulário eletrônico, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse documento garantia que determinados dados pessoais seriam mantidos em sigilo, preservando a privacidade das participantes, além de permitir que elas autorizassem o uso de suas respostas para a elaboração de relatórios e materiais científicos.

Tabela 1. Características sociodemográficas das vereadoras que participaram da pesquisa (N = 105)

CARACTERÍSTICA SOCIODEMOGRÁFICA	N	%
ESTADO CIVIL		
Casada	64	61
Divorciada	8	7,6
Separada	2	1,9
Solteira	27	25,7
Viúva	4	3,8
COR/RAÇA		
Amarela	5	4,8
Branca	24	22,9
Parda	68	64,8
Preta	8	7,6

**CARACTERÍSTICA
SOCIODEMOGRÁFICA****N****%****ESCOLARIDADE**

Ensino fundamental incompleto	1	1,0
Ensino fundamental completo	1	1,0
Ensino médio incompleto	3	2,9
Ensino médio completo	17	16,2
Graduação incompleta	3	2,9
Graduação completa	44	41,9
Mestrado	5	4,8
Pós-graduação/ Especialização	31	29,5

PROCURADORA DA MULHER

Não	21	20,0
Sim	84	80,0

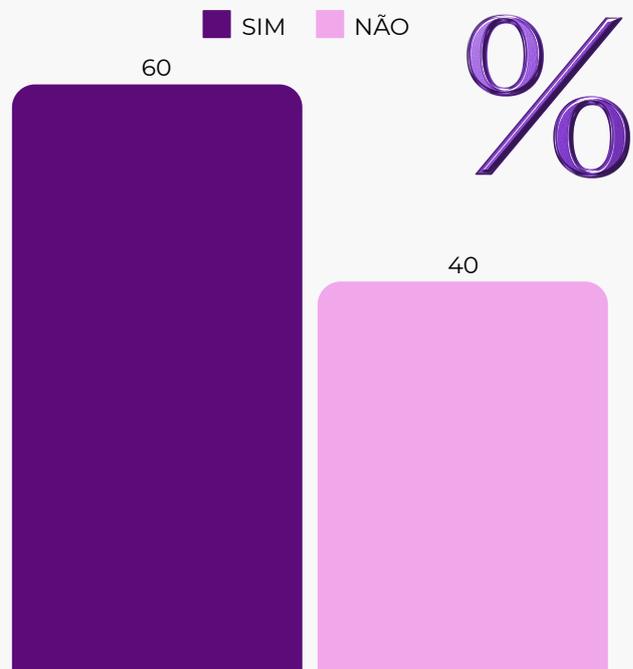
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

Percepções e vivências das vereadoras do Ceará sobre a violência política de gênero

Mais da metade das participantes relataram ter sofrido violência política por serem mulheres (Gráfico 1). Esse dado evidencia a persistência de barreiras de gênero no cenário político cearense. Para aprofundar a compreensão sobre essas experiências, foi aplicada uma sequência de perguntas abordando situações específicas que podem ser caracterizadas como violência política de gênero.

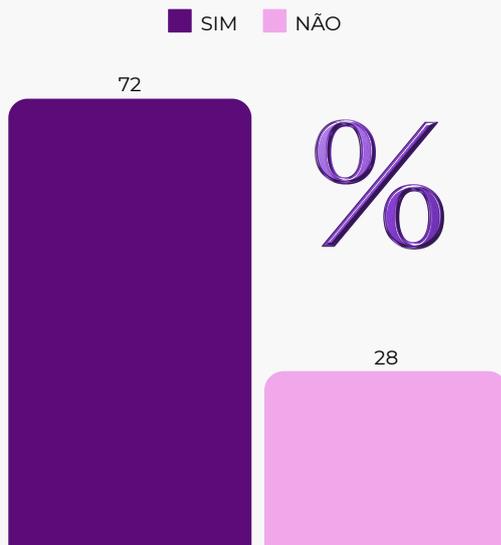
O espaço político ainda demonstra ser um ambiente pouco acolhedor para as mulheres, marcado por desafios que vão além das violências flagrantes, como as agressões físicas e sexuais. A violência política de gênero também se revela em manifestações mais sutis, que muitas vezes passam despercebidas, mas têm um impacto profundo na participação e na experiência das mulheres nesse meio. Por exemplo, as respostas das vereadoras revelaram situações recorrentes, como **estarem em menor número ao integrarem grupos ou comissões, ou até mesmo serem a única mulher presente** (Gráfico 2). Além disso, **relataram ter suas ideias copiadas por homens** (Gráfico 3) e frequentemente suas falas interrompidas ou invalidadas (Gráfico 4).

GRÁFICO 1. VOCÊ SENTE QUE JÁ SOFREU VIOLÊNCIA POLÍTICA POR SER MULHER?



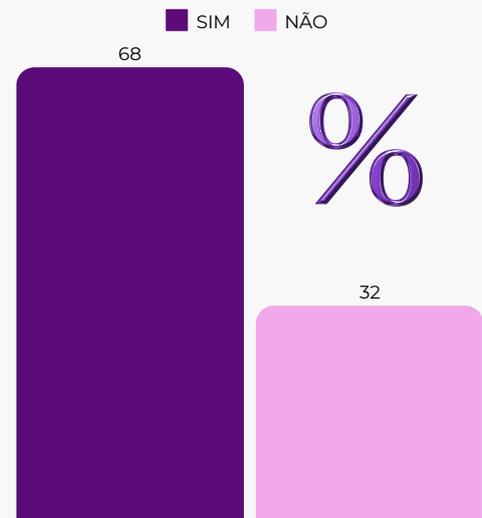
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 2. EM SUA ATIVIDADE POLÍTICA OU PARLAMENTAR, VOCÊ JÁ FOI A ÚNICA MULHER PRESENTE EM UMA SALA, UMA COMISSÃO, OU UM GRUPO DE TRABALHO?



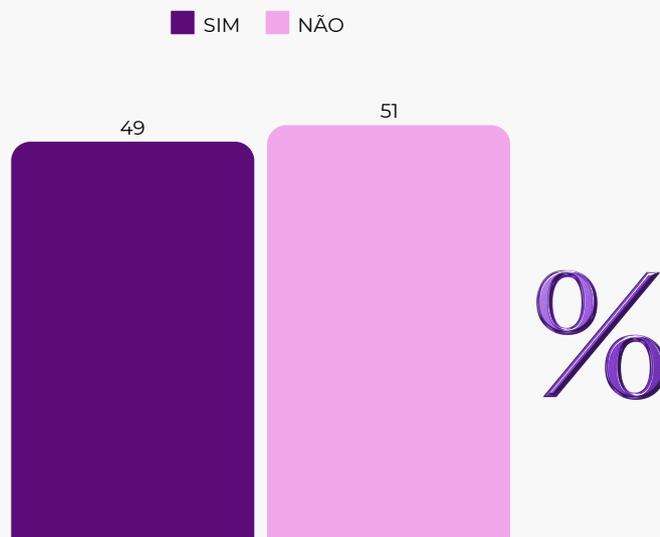
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 3. EM SUA ATIVIDADE POLÍTICA OU PARLAMENTAR, VOCÊ JÁ TEVE ALGUMA IDEIA COPIADA POR OUTRO PARLAMENTAR DO GÊNERO MASCULINO QUE A APRESENTOU COMO SE FOSSE UMA IDEIA PRÓPRIA, SEM LHE DAR OS CRÉDITOS DEVIDOS?



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 4. EM SUA ATIVIDADE POLÍTICA OU PARLAMENTAR, VOCÊ JÁ PASSOU PELA SITUAÇÃO DE OUTROS PARLAMENTARES NÃO DAREM CRÉDITO OU RESPEITAREM SEU TEMPO DE FALA, INTERROMPENDO-A OU AUSENTANDO-SE DO AMBIENTE DURANTE SUAS MANIFESTAÇÕES?



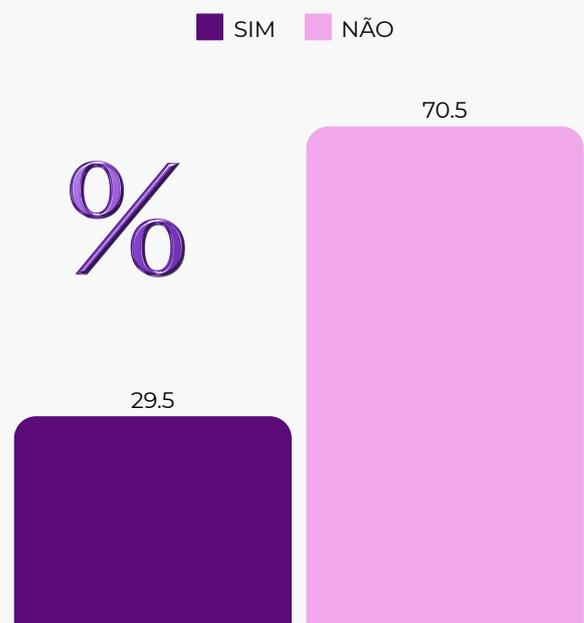
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

Uma das situações que parece ter sido pouco vivenciada pelas vereadoras da amostra é o fato de outros parlamentares não comparecerem às sessões destinadas à votação de suas propostas, sejam elas legislativas ou administrativas. Aproximadamente 30% das participantes relataram ter enfrentado essa situação (Gráfico 5).

No contexto das vereadoras cearenses, foram identificadas situações de violência política de gênero que foram relatadas por um maior número de participantes, indicando que tais experiências parecem estar intrinsecamente relacionadas ao exercício de suas atividades políticas e parlamentares. A situação mais recorrente na pesquisa foi a percepção de que a atividade política/parlamentar das vereadoras é frequentemente dificultada ou limitada devido ao gênero.

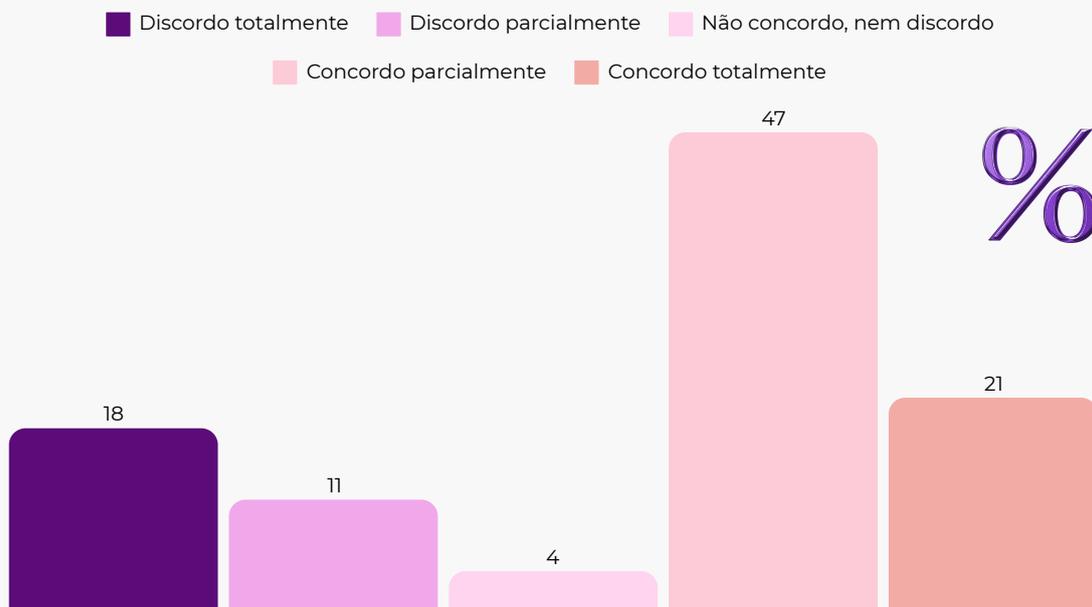
Nesse sentido, 68% das participantes concordaram, parcial ou totalmente, com a afirmação de que já sentiram sua atividade política/parlamentar prejudicada por serem mulheres (Gráfico 6). Embora em menor frequência, mas sendo um percentual ainda significativo, 46% afirmaram concordar parcial ou totalmente que se sentem impedidas de realizar suas atividades parlamentares pelo fato de ser mulher (Gráfico 7) e 33% concordaram parcial ou totalmente que sofrem ameaças relacionadas à condição feminina ao expressarem suas opiniões como parlamentares (Gráfico 8).

GRÁFICO 5. EM SUA ATIVIDADE POLÍTICA OU PARLAMENTAR, VOCÊ JÁ PASSOU PELA SITUAÇÃO DE OUTROS PARLAMENTARES NÃO COMPARECEREM ÀS SESSÕES DESTINADAS A VOTAR SUAS PROPOSTAS, SEJAM ELAS LEGISLATIVAS OU ADMINISTRATIVAS?



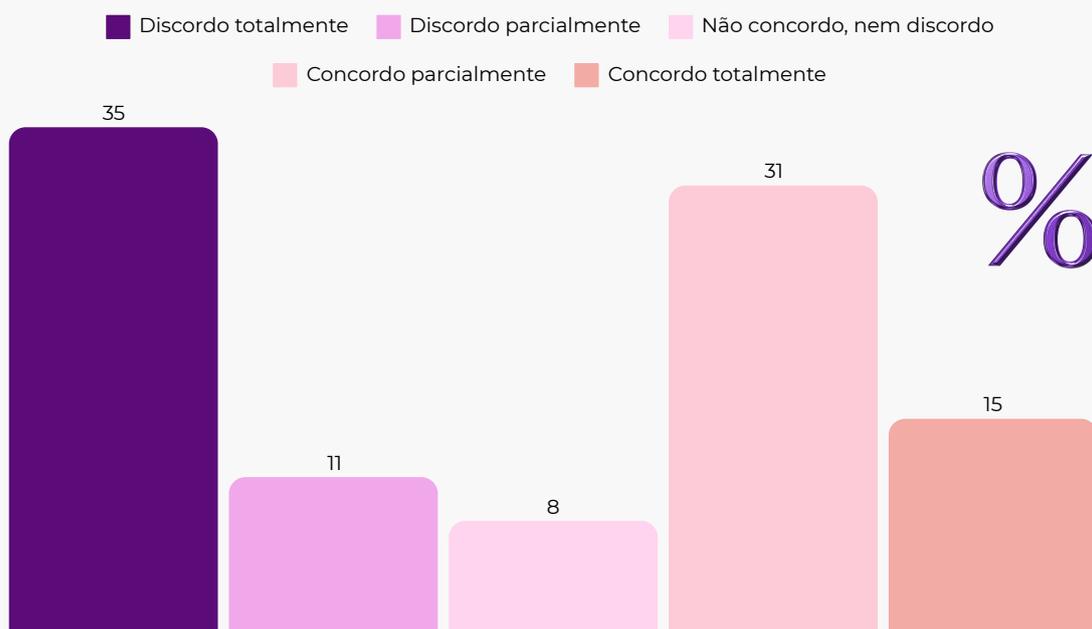
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 6. SINTO QUE A MINHA ATIVIDADE POLÍTICA/PARLAMENTAR COSTUMA SER DIFICULTADA OU LIMITADA PELO FATO DE EU SER MULHER.



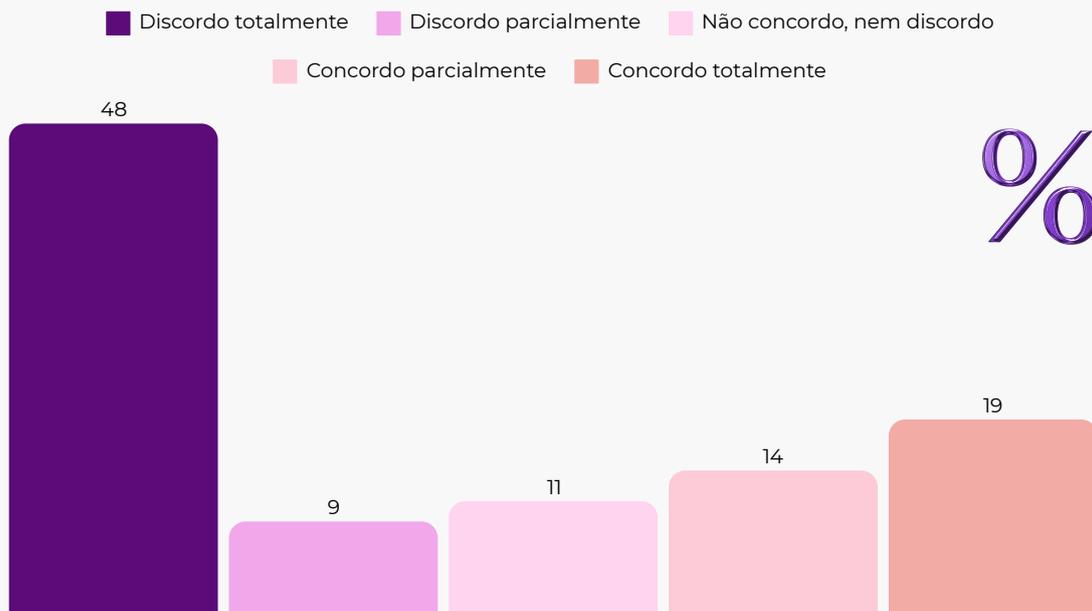
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 7. EU SINTO QUE SOU IMPEDIDA DE REALIZAR MINHAS ATIVIDADES PARLAMENTARES PELO FATO DE SER MULHER.



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 8. AO EXPRESSAR A MINHA OPINIÃO COMO POLÍTICA/PARLAMENTAR SOFRO AMEAÇAS RELACIONADAS À MINHA CONDIÇÃO FEMININA



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

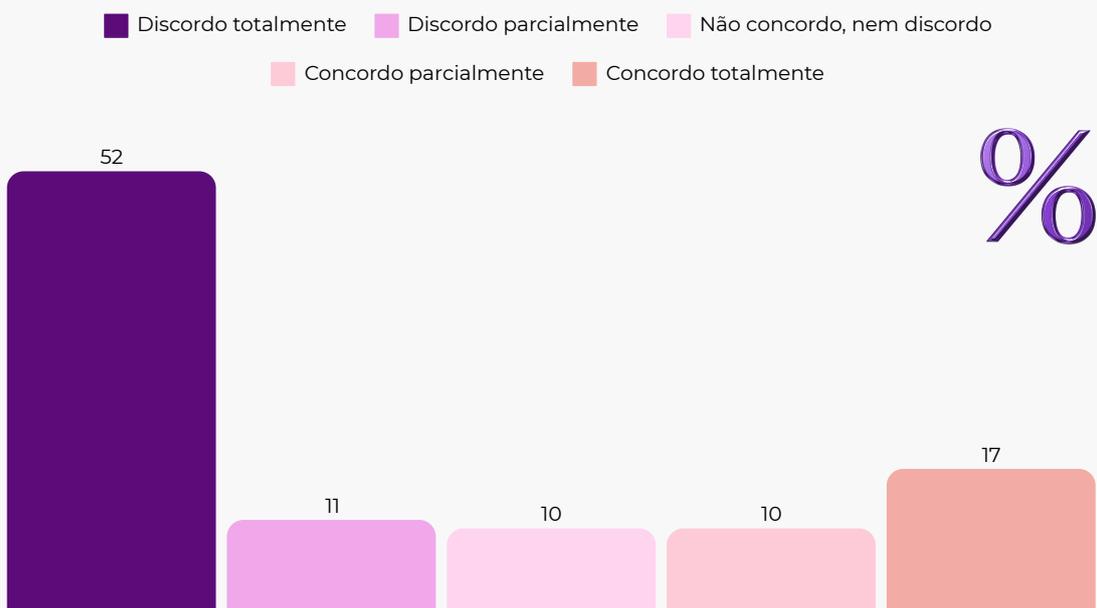
As vereadoras da amostra relataram diferentes formas de ataque e desqualificação relacionadas ao gênero em sua atuação política. Em relação à vida privada, 39% das participantes concordaram parcial ou totalmente que sua atividade política/parlamentar é desqualificada, desrespeitada ou criticada por conta disso (Gráfico 9). Já 27% concordaram que já sofreram ataques nas redes sociais devido ao estereótipo de gênero (Gráfico 10). Além disso, 46% das vereadoras concordaram parcial ou totalmente que enfrentam difamação, calúnia, injúria e desqualificação do seu mandato no exercício de sua função política/parlamentar (Gráfico 11).

GRÁFICO 9. ÀS VEZES, MINHA ATIVIDADE POLÍTICA/PARLAMENTAR É DESQUALIFICADA, DESRESPEITADA OU CRITICADA POR CONTA DA MINHA VIDA PRIVADA.



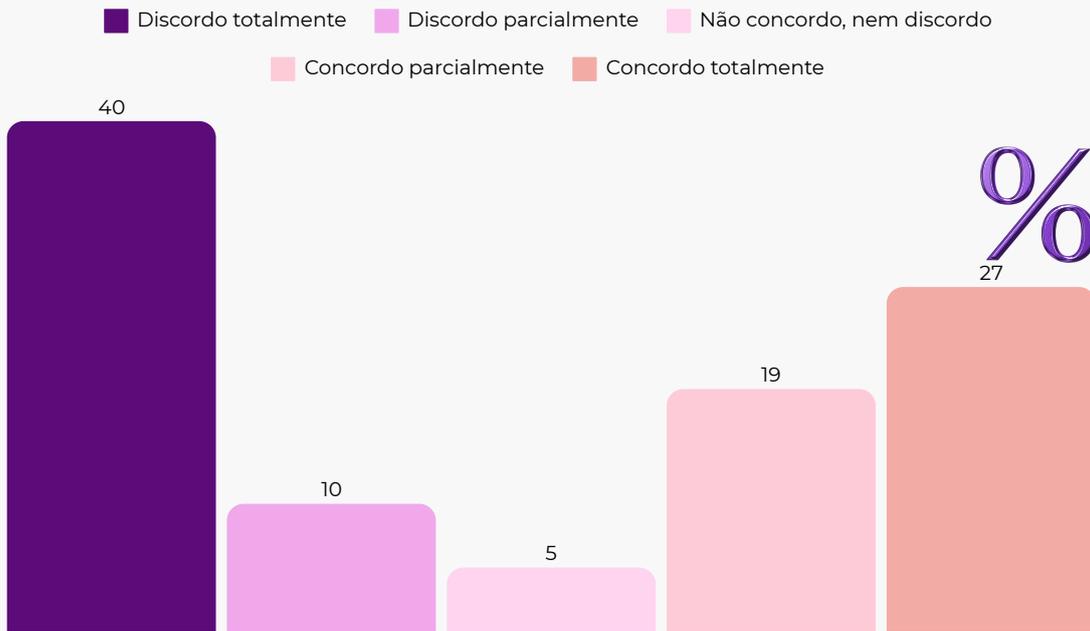
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 10. EU SOFRO ATAQUES NAS REDES SOCIAIS POR CONTA DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

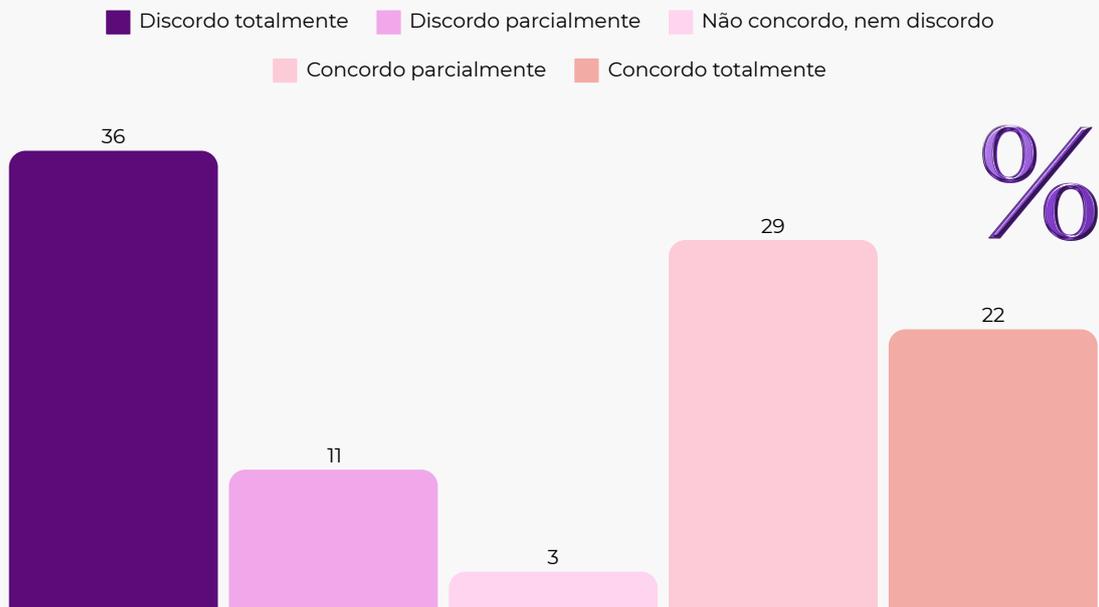
GRÁFICO 11. NA MINHA ATUAÇÃO POLÍTICA/PARLAMENTAR, EU SOFRO COM DIFAMAÇÃO, CALÚNIA, INJÚRIA E DESQUALIFICAÇÃO DO MEU MANDATO



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

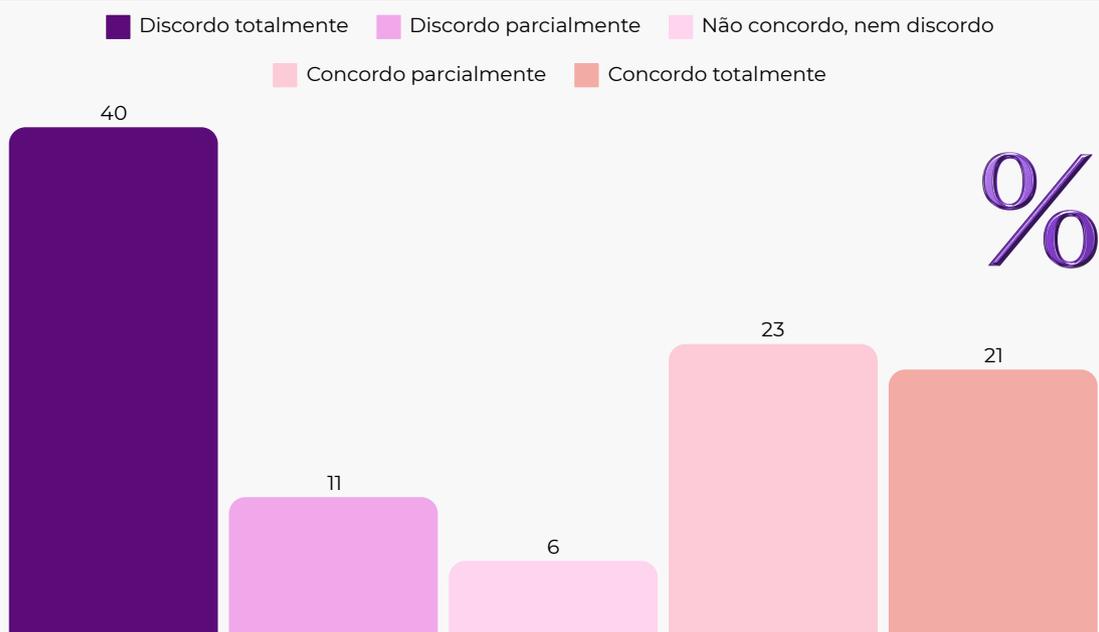
Outras situações também recorrentes na vivência das vereadoras cearenses foram: **51% concordaram parcialmente ou totalmente que se sentem excluídas dos espaços de decisão pelo fato de ser mulher** (Gráfico 12); 44% concordaram parcial ou totalmente que costumam ter suas falas interrompidas por outros parlamentares do gênero masculino (Gráfico 13); 46% concordaram em algum nível (parcial ou totalmente) que escuta pedidos de “calma” ou insinuações de que as formas como se expressam seriam “inadequadas” ou “exageradas” quando se posicionam de forma contundente ou enfática; e **47% concordaram em algum nível (parcial ou totalmente) que os parlamentares do gênero masculino explicam ou detalham ideias ou assuntos que elas dominam como se o tema não fosse do conhecimento delas** (Gráfico 15).

GRÁFICO 12. SINTO QUE NA MINHA ATIVIDADE POLÍTICA/PARLAMENTAR SOU EXCLUÍDA DOS ESPAÇOS DE DECISÃO PELO FATO DE SER MULHER.



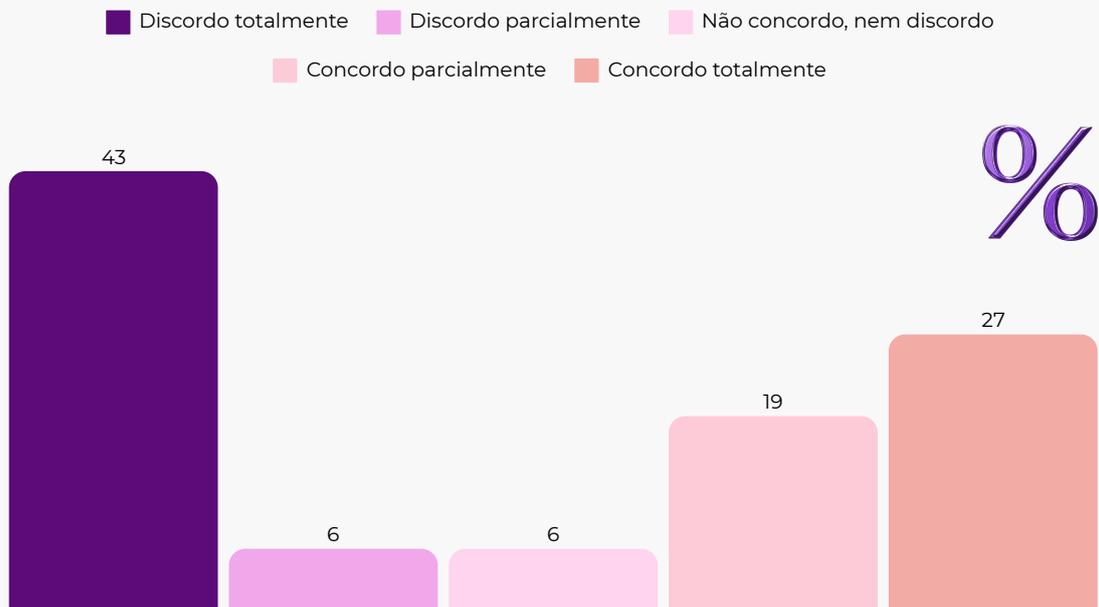
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 13. EM MINHA ATIVIDADE POLÍTICA/PARLAMENTAR, COSTUMO TER MINHA FALA INTERROMPIDA POR OUTROS PARLAMENTARES DO GÊNERO MASCULINO.



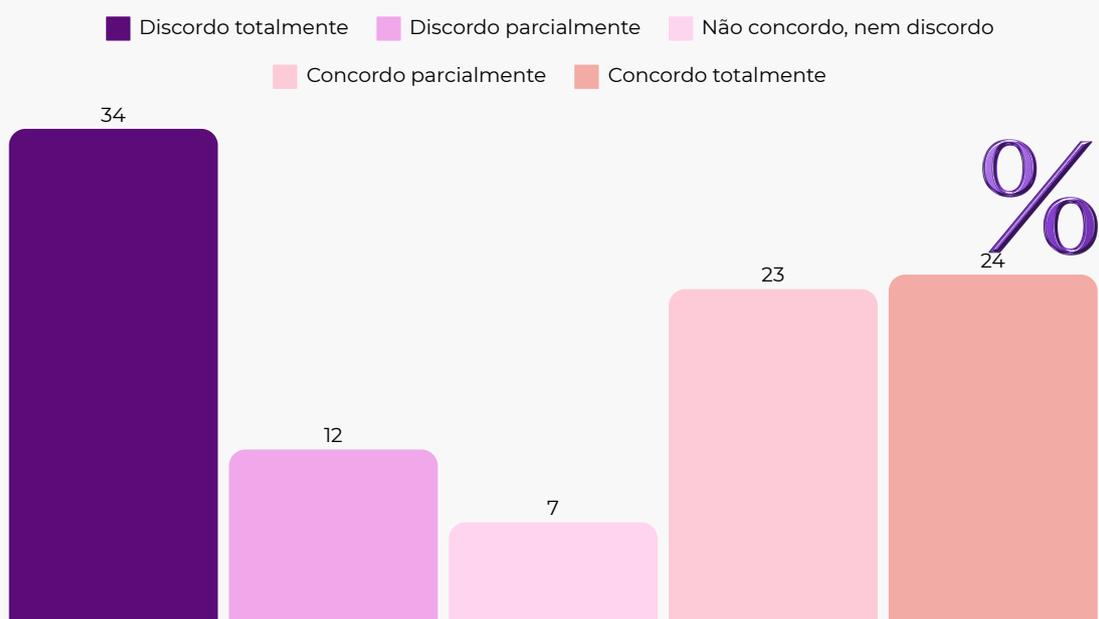
Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 14. AO ME POSICIONAR DE FORMA CONTUNDENTE OU ENFÁTICA, OUÇO PEDIDOS DE “CALMA” OU INSINUAÇÕES DE QUE AS FORMAS COMO ME EXPRESSO SERIAM “INADEQUADAS” OU “EXAGERADAS”.



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

GRÁFICO 15. OS PARLAMENTARES DO GÊNERO MASCULINO EXPLICAM OU DETALHAM PARA MIM IDEIAS OU ASSUNTOS QUE EU DOMINO COMO SE EU NÃO CONHECESSE O TEMA



Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

Perfil das vereadoras que afirmaram ter sofrido alguma violência política de gênero

Das 105 vereadoras cearenses que participaram da pesquisa, **63 afirmaram já terem sofrido violência política de gênero, o que representa um percentual de 60% da amostra** (Gráfico 1). As vereadoras que relataram ter sofrido violência política de gênero tinham idades entre 27 e 63 anos, com uma média de 43,7 anos (DP = 8,1). Na amostra total, as idades variaram de 27 a 68 anos, com uma média de 46 anos (DP = 8,7).

Considerando os tipos de violência física e sexual, **uma participante indicou já ter sofrido violência física, em sua atividade política ou parlamentar e 8 vereadoras (7,6%) indicaram já ter sofrido alguma violência sexual, ou ter sido submetida a aproximações físicas, toques não autorizados, ou propostas de natureza sexual, em sua atividade política ou parlamentar.**



Entre as 63 vereadoras, somente 10 participantes (15,9%) afirmaram ter registrado alguma denúncia sobre violência política de gênero.

Tabela 2. Características sociodemográficas das vereadoras que relataram ter sofrido violência política de gênero (n = 63)

CARACTERÍSTICA SOCIODEMOGRÁFICA	N	%
ESTADO CIVIL		
Casada	39	61,9
Divorciada	3	4,8
Separada	2	3,2
Solteira	17	27,0
Viúva	2	3,2
COR/RAÇA		
Amarela	3	4,8
Branca	19	30,2
Parda	37	58,7
Preta	4	6,3

**CARACTERÍSTICA
SOCIODEMOGRÁFICA**
N
%
ESCOLARIDADE

Ensino médio incompleto	2	3,2
Ensino médio completo	7	11,1
Graduação incompleta	3	4,8
Graduação completa	24	38,1
Mestrado	5	7,9
Pós-graduação/ Especialização	22	34,9

PROCURADORA DA MULHER

Não	7	11,1
Sim	56	88,9

Fonte: Observatório da Mulher Cearense.

Relatos de situações de violência política de gênero

Os resultados completos relacionados a pergunta aberta dessa pesquisa (“Relate aqui a situação de violência política de gênero que você já sofreu”) foram apresentados no artigo “Violência Política de Gênero: Relatos de Vereadoras do Ceará” de autoria de Texeira, Oliveira, Bandeira e Farias³.

Os resultados do artigo apresentam análises textuais dos relatos das participantes, mostrando que a **interrupção da fala é uma das situações mais presentes de violência política descritas pelas vereadoras cearenses**. Segundo as referidas autoras:

Nos relatos das vereadoras percebe-se uma predominância de situações em que se são apontadas agressões verbais; falas que as desqualificam, desrespeitam ou que inviabilizam o seu trabalho; outras falas que as subestimam ou as diminuem; além de episódios em que elas são excluídas, silenciadas ou humilhadas.



³ Publicação em breve disponível no site do Observatório da Mulher Cearense. O artigo faz parte da Coletânea em Defesa das Mulheres.

Além disso, as autoras organizaram os relatos das vereadoras em seis categorias para análise:

“Categoria 1 - Silenciar, interromper e desacreditar a fala”; “Categoria 2 - Uso das redes sociais e da mídia como um espaço para a violência política de gênero”; “Categoria 3 - Violência não registrada”; “Categoria 4 - Violência verbal e moral: gritos, xingamentos, calúnia e humilhação”; “Categoria 5 - Invisibilização política: subordinação à figura masculina”; e “Categoria 6 - Intimidação e desrespeito à autoridade feminina”.

É possível traçar uma relação dessas categorias com as respostas às perguntas objetivas aqui apresentadas. Destaca-se, por exemplo, uma presença frequente da desacreditização da fala. A problemática que foi analisada na Categoria 1 “Silenciar, interromper e desacreditar a fala” é representada também nos Gráfico 4 e 13 deste estudo, os quais mostram que 49% das vereadoras afirmaram que outros parlamentares não deram crédito ou respeitaram seu tempo de fala, interrompendo-a ou ausentando-se do ambiente durante suas manifestações e que 44% concordaram total ou parcialmente já terem tido a fala interrompida por outros parlamentares do gênero masculino (Gráfico 13). **Esses dados revelam a dificuldade vivenciada pelas vereadoras de terem suas ideias ouvidas e respeitadas no âmbito parlamentar.**

A Categoria 2 “Uso das redes sociais e da mídia como um espaço para a violência política de gênero” reúne relatos de vereadoras sobre como esses meios têm sido utilizados para a propagação desse tipo de violência. Essa categoria está representada no Gráfico 10, que revela que **17% das vereadoras concordam totalmente com a afirmação de que sofrem ataques nas redes sociais, enquanto 10% concordam parcialmente.**

As vereadoras que enfrentam violência verbal e moral, incluindo difamação, calúnia, injúria e desqualificação de seus mandatos, correspondem a 17% das que concordam totalmente com essa situação, conforme indicado no Gráfico 11. Esse dado está em consonância com os achados apresentados na Categoria 4 do estudo qualitativo. Os ataques sofridos no ambiente de trabalho pelas vereadoras buscam inferiorizar sua imagem e seu valor enquanto mulher. Os ataques se intensificam ao alcançar o ambiente virtual e a mídia tradicional, que se transformam em palcos frequentes de hostilização e humilhação direcionadas às mulheres na política.

A invisibilização política, na qual os colegas homens buscam tirar o espaço de protagonismo das vereadoras, abordada na Categoria 5 “*Invisibilização política: subordinação à figura masculina*”, pode ser representada pelo Gráfico 12. **Cerca de 22% concordam totalmente que se sentem excluídas dos espaços de decisão pelo fato de ser mulher.**

A intimidação e o desrespeito à autoridade feminina ao ouvirem pedidos de “calma” ou insinuações de que as formas como se expressam seriam “inadequadas” ou “exageradas geram episódios em que as parlamentares são desacreditadas e suas atuações inferiorizadas, como retratado no Gráfico 14 e examinado na Categoria 6 “Intimidação e desrespeito à autoridade feminina”.

Sugere-se a leitura completa do artigo de Texeira, Oliveira, Bandeira e Farias para melhor compreensão das categorias encontradas a partir dos relatos de situações vividas pelas vereadoras cearenses. Ele estará disponível na Coletânea em Defesa das Mulheres, também deste Observatório.

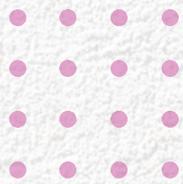
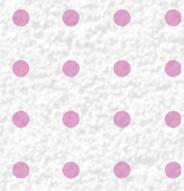
Considerações finais

Esta pesquisa almejou identificar e compreender como a violência política de gênero se insere e afeta o cotidiano e a vida das vereadoras cearenses. Contando com a participação de 105 vereadoras, ela apresentou informações relevantes para visualizar o cenário cearense referente ao tema. Os dados revelam que, no contexto cearense, a violência política de gênero ainda é um obstáculo para a efetiva participação das mulheres no parlamento, em especial no legislativo municipal.

As vivências reveladas pelas vereadoras, evidenciam que a violência política de gênero ocorre de diversas formas: não dar o devido crédito, interrompendo e/ou invalidando a fala; ter ideias copiadas por parlamentar do gênero masculino apresentando-as como se fossem suas; condutas de assédio; constrangimento; humilhação; intimidação e ou ameaça, são maneiras frequentes de como as violências se apresentam. Além de lidar com o fato de terem suas ideias, autoridade e competência postas à prova, foram encontrados relatos de vereadoras vítimas de violência flagrantes, como a sexual e a física.

Mesmo com as leis específicas e com os avanços significativos na prevenção e no enfrentamento a violência política de gênero, os resultados deste estudo e os relatos das vereadoras, revelam que as mulheres ainda precisam quebrar muitas barreiras até que possam consumir seu exercício político de forma efetiva, com respeito e equidade. Assim, recomenda-se que os resultados obtidos nesta pesquisa, sejam largamente divulgados e disseminados para que sirvam como subsídio para a elaboração de políticas públicas e iniciativas institucionais que façam do legislativo municipal um espaço inclusivo e equitativo.

Destaca-se, por fim, que esta pesquisa é uma das primeiras no contexto cearense com o foco específico para o dia a dia das vereadoras e, mesmo tendo tido limitações para alcançar uma amostra mais ampla, ela constitui um “ponta pé inicial” para que pesquisas futuras aprofundem os pontos aqui levantados e analisem novos aspectos que contribuam para a compreensão de como a violência política de gênero se apresenta no cotidiano das vereadoras cearenses, servindo assim como um farol para pensar ações de enfrentamento à essa problemática.



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



**DA MULHER
CEARENSE**